



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Termo de Credenciamento Nº 02/2023

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 02/2023

**TERMO DE
CREDENCIAMENTO
QUE ENTRE SI
CELEBRAM O
TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL DO
PIAUÍ E O
HOSPITAL FLÁVIO
SANTOS LTDA**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, CNPJ n.º 05.957.363/0001-33, representado neste ato por seu Presidente, **Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**, doravante denominado **TRE/PI**, e o **HOSPITAL FLÁVIO SANTOS LTDA**, CNPJ n.º 23.633.829/0001-27, estabelecida na Rua 1º de Maio, nº 138, Centro Sul, em Teresina, PI, fone (86) 3221-5654, email. atendimento@hfspi.com.br, neste ato representado por seu Sócio-Administrador, **Dr. Flávio Carvalho Santos**, doravante denominada **CREDENCIADO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, em conformidade com o Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - PRÓ-SAÚDE, publicado no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PI nº 54, de 26 de março de 2013, na forma da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e da Lei nº 9.656/98, nos termos do **Processo SEI n.º 0008492-61.2022.6.18.8000** e, ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a prestação dos serviços profissionais da área de saúde nas especialidades de **otorrinolaringologia e fonoaudiologia, solicitados na realização dos Exames Médicos Periódicos**, para o Programa de Assistência à Saúde Médica e Odontológica deste Tribunal, o que para tanto apresenta a documentação constante no evento SEI nº1514542.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para o desempenho das suas atividades profissionais, o credenciado colocará a serviço do TRE-PI as suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional próprio, nos serviços declarados na Carta-Proposta a que se refere o artigo 3º da Portaria TRE/PI nº 1.033, de 29.8.2013, a qual passa a fazer parte integrante do presente Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DO TRE-PI

O TRE-PI se obriga a:

I – promover, através do médico e do servidor titular do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do CREDENCIADO, para o que esta assegurará livre acesso a todas as dependências e registros relacionados com a prestação dos serviços ajustados, respeitada a ética médica;

II – efetuar o pagamento ao CREDENCIADO, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas na Cláusula

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

O CREDENCIADO se obriga a:

I - prestar aos servidores ativos e inativos do TRE-PI e seus dependentes tratamento idêntico ao dispensado a particulares. Qualquer tipo de discriminação dará causa ao cancelamento imediato do presente CREDENCIAMENTO, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nas Seções II e III do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93;

II - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia anuênciia do TRE-PI;

III - manter quadro de pessoal especializado e equipamento compatível, suficiente para o atendimento dos serviços a que se propõe, por toda a duração do Credenciamento;

IV - prestar o atendimento aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE do TRE-PI, mediante Comprovante de Atendimento - CA, acompanhados da respectiva Carteira de Beneficiário, fornecidos pelo Serviço de Assistência à Saúde – SAS do TRE-PI;

V - não cobrar dos beneficiários novo Comprovante de Atendimento-C.A. antes de decorridos 15 (quinze) dias da data da consulta anterior;

VI - apresentar, juntamente com as Notas Fiscais ou Recibos, por ocasião da cobrança das contas, via do Comprovante de Atendimento emitido pelo TRE/PI, especificando, individualmente, os valores dos serviços e outros itens que entram na formação das mencionadas contas;

VII - manter cadastro dos usuários do programa, assim como prontuários e/ou relatórios individualizados por tipo de atendimento que permitam o acompanhamento, supervisão e controle dos serviços;

VIII - atender os beneficiários do TRE/PI com elevado padrão de eficiência e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e de ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmos padrões de conforto dispensados aos demais pacientes, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O TRE/PI efetuará os pagamentos ao CREDENCIADO pela efetiva prestação dos serviços e tratamentos, de acordo com portaria expedida pelo Presidente do TRE/PI, elaborada em conformidade com as tabelas de honorários dos conselhos respectivos, conforme Art. 31 da Resolução TRE/PI nº 261/2013, alterada pela Res. TRE/PI nº 388/2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será paga Fatura de taxa de administração, manutenção, tampouco valor mínimo mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos serão efetuados por via bancária mediante depósito na Conta-Corrente do CREDENCIADO, no mês subsequente ao da realização dos serviços, até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da Fatura ou Nota Fiscal discriminando os serviços executados, através de memória de cálculo, devidamente atestada pelo titular do Serviço de Assistência à Saúde – SAS do TRE-PI, observando, sempre, a ordem de apresentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O TRE/PI poderá sustar o pagamento de quaisquer Faturas/Notas Fiscais ou Recibos nos seguintes casos:

I – serviços executados fora dos padrões éticos e de qualidade atribuíveis à espécie;

II – realização de procedimentos sem prévia autorização, salvo os casos previstos na Resolução TRE/PI nº 261/2013;

III – cobranças indevidas ou a maior.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Os reajustes dos serviços efetivamente prestados serão efetuados tomando-se por base as tabelas de honorários dos Conselhos respectivos, e, conforme o caso, a tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM, fornecida pela Associação Médica Brasileira.

CLÁUSULA SEXTA – DA GLOSA

O TRE-PI, através do Serviço de Assistência à Saúde - SAS, reserva-se o direito de glosar, total ou parcialmente as

memórias de cálculo constante da Fatura, Nota Fiscal ou Recibo apresentados, com base nas disposições do presente Termo. Ocorrendo glosas, estas serão deduzidas da própria fatura, pelos preços que serviram de base de cálculo para a mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os Comprovantes de Atendimento apresentados para pagamento deverão estar datados e assinados pelo paciente ou seu representante, como, também, pela pessoa responsável pelo atendimento. A inobservância desse procedimento poderá implicar a glosa do valor da referida guia pelo TRE-PI.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O TRE-PI poderá exigir a apresentação de documentos complementares à realização de análises.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os valores eventualmente glosados pelo TRE-PI serão comunicados ao CREDENCIADO, por ocasião do pagamento da fatura, e esta terá um prazo de 20 (vinte) dias para recurso ao Presidente do TRE/PI. Findo o prazo, considerar-se-ão definitivas as glosas indicadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo de Credenciamento terá a duração de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, ou de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Termo correrão à conta do Elemento de Despesa 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Programa de Trabalho 02.301.0570.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados, consignado à Justiça Eleitoral para tal fim.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO AMPARO LEGAL

O presente Termo de Credenciamento, regido pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, bem como na Resolução TRE/PI nº 261/2013, alterada pela Res. TRE/PI nº388/2020, combinada com as Portarias n.ºs 1033, de 29.8.2013, e 1031, de 28.8.2013 e alterações conferidas a estes diplomas, reporta-se aos serviços de assistência médica enquadrados no disposto no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 - Inexigibilidade de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

De conformidade com o artigo 86 da Lei nº 8.666/93, a recusa injustificada na execução dos serviços deste instrumento sujeitará o CREDENCIADO, a juízo do TRE-PI, à multa de 10% (dez por cento) do valor dos serviços efetivamente prestados durante a vigência do presente Termo de Credenciamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Termo, o TRE-PI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CREDENCIADO as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) do valor dos serviços efetivamente prestados durante a vigência do presente instrumento;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CREDENCIADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o valor da multa não for pago ou depositado em conta bancária previamente determinada pelo TRE-PI, será automaticamente descontado da primeira fatura que o CREDENCIADO vier a fazer jus, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Da aplicação das penas definidas nos incisos I, II e III, do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, caberá pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, dirigido ao Des. Presidente do TRE-PI.

PARÁGRAFO QUINTO - O recurso será dirigido ao Plenário do TRE-PI, através do Des. Presidente, que, antes de submetê-lo à Colenda Corte, poderá reconsiderar sua decisão, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Credenciamento, por parte do CREDENCIADO, assegurará ao TRE-PI o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficará o presente Termo rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

I - atraso injustificado, a juízo do TRE-PI, na execução dos serviços ajustados mediante reclamação do beneficiário prejudicado, devidamente instruída;

II - paralisação do atendimento sem justa causa ou prévia comunicação ao TRE-PI;

III - subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Credenciamento, associação do CREDENCIADO com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;

IV - desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Termo, assim como a de seus superiores;

V - cometimento reiterado de falhas na execução do presente Termo, anotadas na forma da Cláusula Segunda;

VI – decretação de falência;

VII – dissolução da empresa;

VIII - alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do TRE-PI, prejudiquem a execução deste Termo de Credenciamento;

IX - razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, que possam de alguma forma afetar o objetivo do presente Termo de Credenciamento, atingindo diretamente os beneficiários do TRE-PI;

X - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste instrumento;

XI - atendimento aos beneficiários do TRE/PI de forma discriminatória e prejudicial, devidamente comprovada;

XII - exigência de caução para o atendimento aos beneficiários do TRE/PI;

XIII - cobrança, direta ou indireta, aos beneficiários do TRE/PI, de valores referentes a serviços a título de complementação de pagamento;

XIV - ação de comprovada má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao TRE/PI ou aos beneficiários do Plano;

XV - não atendimento de beneficiários do Plano alegando atraso no recebimento dos valores já faturados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – o CREDENCIADO poderá, desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do TRE/PI, solicitar formalmente o seu descredenciamento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Deverão ser concluídos os tratamentos em curso pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou da administração do TRE/PI.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PROPOSTAS

O CREDENCIADO obriga-se a manter durante a inteira execução deste Termo, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas, em conformidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura deste Credenciamento, em estrita vinculação ao Aviso de Credenciamento publicado no Diário Oficial da União, ao Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde do TRE-PI - PRÓ-SAÚDE, aprovado pela Resolução TRE/PI nº 261, de 19.3.2013, e à Portaria TRE/PI nº 1.033, de 29.8.2013 e à Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO - O encaminhamento de beneficiários do Programa ao CREDENCIADO ficará suspenso, caso não sejam mantidas as exigências legais e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento terá seu extrato publicado no Diário Oficial da União no prazo e condições mencionadas no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

Fazem parte integrante deste Termo de Credenciamento o Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde do TRE-PI - PRÓ-SAÚDE, aprovado pela Resolução TRE/PI nº 261, de 19.3.2013, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/PI nº 54, de 26.3.2013, e a Portaria TRE/PI nº 1.033, de 29.8.2013, que dispõe sobre os requisitos para formalização do TERMO DE CREDENCIAMENTO e a Carta-Proposta a que se refere o artigo 3º da citada Portaria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Em decorrência da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018 (“LGPD”), que estabelece regras para tratamento de dados de pessoa física, ajustam as partes incluir as seguintes obrigações quanto à PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:

- a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- c) O CREDENCIADO fica obrigada a comunicar ao TRE-PI, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) Em atendimento ao disposto no art. 7º, II, da Lei Geral de Proteção de Dados, o TRE-PI, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes do CREDENCIADO, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
- e) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Termo de Credenciamento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, foi o presente Termo de Credenciamento assinado eletronicamente pelos representantes das partes, TRE-PI e CREDENCIADO, no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-PI.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

Presidente

HOSPITAL FLÁVIO SANTOS LTDA

Dr. Flávio Carvalho Santos

Representante



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO CARVALHO SANTOS, Usuário Externo**, em 13/04/2023, às 16:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erivan José da Silva Lopes, Presidente**, em 14/04/2023, às 11:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0001804341** e o código CRC **A0353929**.

0008492-61.2022.6.18.8000

0001804341v3



EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 070019

Número do Contrato: 41/2022.
Nº Processo: PAD 001704/2021.
Pregão, Nº 26/2022. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratado: 05.427.994/0001-40 - LG. ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: Acréscimo de serviços de engenharia para adequação da edificação do fórum eleitoral de Ponta Grossa - PR. Fundamento: Art. 65, inc. I, alínea a, c/c § 1º da Lei nº. 8.666/93. Vigência: 18/04/2023 a 10/05/2023. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 20.922,87. Data de Assinatura: 18/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 18/04/2023).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº. 2023NE0356 emitida em 04/04/2023. SEI nº 0009575-42.2022.6.17.8000. CONTRATADA: EXCLUSIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA. Valor: R\$ 2.055,00. OBJETO: Material de expediente. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 012/2022 deste TRE-PE. PTRES: 167661. Elemento de despesa: 3390.30.16.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº. 2023NE0359 emitida em 04/04/2023. SEI nº 0019824-52.2022.6.17.8000. CONTRATADA: VALENCY TRADE LTDA. Valor: R\$ 1.000,00. OBJETO: Aparelhos de Medição e Orientação. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação, art. 24, II da Lei 8.666/93. PTRES: 167661. Elemento de despesa: 4490.52.04.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2023 - UASG 070006

Nº Processo: 0008492-61.2022.6.18.8000.
Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ.
Contratado: 23.633.829/0001-27 - HOSPITAL FLAVIO SANTOS LTDA. Objeto: Prestação dos serviços profissionais da área de saúde nas especialidades de otorrinolaringologia e fonoaudiologia, solicitados na realização dos exames médicos periódicos, para o programa de assistência à saúde médica e odontológica.
Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 19/04/2023 a 19/04/2028. Valor Total: R\$ 0,00. Data de Assinatura: 14/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 18/04/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 070006

Número do Contrato: 26/2020.
Nº Processo: 0019062-58.2022.6.18.8016
Inexigibilidade. Nº 0/0000. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. Contratado: 695.462.313-04 - CELIO MARINHO DOS SANTOS. Objeto: Reajustar o valor contratual, mediante aplicação do índice de 5% (cinco por cento), passando o valor do aluguel para R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), com efeitos financeiros a partir de 29/9/2022.. Vigência: 19/04/2023 a 23/07/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 126.000,00. Data de Assinatura: 18/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 18/04/2023).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 3/2023 - UASG 070006

Número do Contrato: 59/2019.
Nº Processo: 0001675-44.2023.6.18.8000
Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. Contratado: 016.333.781-01 - JORGE MUSSA GUERRA DEMES. Objeto: Reajuste do preço pactuado no contrato nº 59/2019, passando a quantia mensal da contratação de R\$ 2.204,79 (dois mil, duzentos e quatro reais e setenta e nove centavos), para R\$ 2.288,10 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e dez centavos), um acréscimo mensal de R\$ 83,31 (oitenta e três reais e trinta e um centavos), com efeitos financeiros a partir de 12/02/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 137.286,00. Data de Assinatura: 18/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 18/04/2023).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

EXTRATO DE CONTRATO TRE/RN Nº 12/2023 - UASG 070008

Processo Administrativo Eletrônico TRE/RN 2025/2022. Pregão Eletrônico TRE/RN nº 18/2023. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ 05.792.645/0001-28). Contratado: F A FERRARI DE SOUZA (CNPJ 14.945.616/0001-40). Objeto: Prestação dos serviços continuados de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a serem executados presencialmente no Edifício-Sede do TRE/RN. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/04/2023 a 13/10/2025. Valor Total: R\$ 75.997,10. Data de Assinatura: 13/04/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/04/2023).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

PROCESSO- 0002307-65.2023.6.21.8104. ESPECIE- Convenio celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Travesseiro-RS. OBJETO- Auxilio as Zonas Eleitorais do interior do Estado, visando possibilitar o funcionamento do Cartorio Eleitoral e a realizacao de eleicoes. VIGENCIA- 01.05.2023 a 30.04.2024.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 5/2023

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: LFN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pelo preço total estimado de R\$ 62.640,00.

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Diretora-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2023.0.000009829-6. CONTRATO Nº 13/2023. OBJETO: Contratação do curso in company IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO POR OKR, a ser ministrado na modalidade EAD síncrona. CONTRATADA: OXFORD BUSINESS MASTERS NO BRASIL LTDA. CNPJ: 30.983.147/0001-00. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/1993. VALOR TOTAL: R\$76.300,00, conforme Nota de Empenho nº 356, de 12/04/2023. VIGÊNCIA: De 17/04/2023 a 16/04/2024. ELEMENTO DE DESPESA: 339039-48 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. PROGRAMA DE TRABALHO: Capacitação de Recursos Humanos na Justiça Eleitoral, do orçamento vigente do TRE-RJ.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº Processo nº 2023.0.000009821-0. CONTRATO Nº 11/23. OBJETO: contratação de empresa para ministrar o curso in company, na modalidade presencial, "PRÁTICO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, PREVIDÊNCIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO ATUALIZADO PELA EC 103/2019 E A NOVA PORTARIA MTP 1.467/2022". CONTRATADA: PRIORI TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA-EPP. CNPJ sob o nº 21.000.322/0001- 89. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/1993. VALOR TOTAL: R\$ 32.800,00, conforme Nota de Empenho nº 341, de 22/03/2023. VIGÊNCIA: 04 meses, contados de 14/04/23. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.48. PROGRAMA DE TRABALHO: Capacitação de Recursos Humanos na Justiça Eleitoral.